

CÂMERAS CORPORAIS E A PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA: UM SALTO QUALITATIVO NA COLETA DE PROVAS

*BODY CAMERAS AND THE PRESERVATION
OF THE CHAIN OF CUSTODY: A QUALITATIVE
LEAP IN EVIDENCE COLLECTION*

GUILHERME MADEIRA DEZEM¹

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
madeira@outlook.com

DEVANILDO DE AMORIM SOUZA²

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
devanildosouza@outlook.com.br

Recebido em: 11.03.2024

Aprovado em: 09.08.2024

Última versão dos autores: 04.09.2024

DOI: [10.5281/zenodo.13693160].

-
1. Doutor e Mestre pela Universidade de São Paulo. Professor do curso de graduação e pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie bem como do PPGD da Unifieo. Juiz de Direito junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Currículo Lattes: [http://lattes.cnpq.br/4460911981658349].
ORCID: [https://orcid.org/0000-0003-2815-9681].
E-mail: madeira@outlook.com
 2. Mestre em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FD/USP. Membro do Legal Grounds Institute. Advogado.
Currículo Lattes: [http://lattes.cnpq.br/3461110540185889].
ORCID: [https://orcid.org/0000-0003-2489-1373].
E-mail: devanildosouza@outlook.com.br

ÁREAS DO DIREITO: Administrativo; Penal; Processual

RESUMO: Este estudo aborda a evolução da administração pública à luz do modelo neoconstitucional, com ênfase na Nova Gestão Pública norteada pelos princípios de transparência, eficiência e moralidade. A pesquisa explora a incorporação de avanços tecnológicos, particularmente câmeras corporais, como instrumentos essenciais para reforçar a transparência e a responsabilidade nas práticas de segurança pública. A relevância da cadeia de custódia, corroborada por decisões recentes do STJ e STF, é destacada como pilar central para a integridade do processo legal. A análise conclui que a harmonização de práticas judiciais tradicionais com inovações tecnológicas e os preceitos da Nova Gestão Pública é imperativa, não apenas como uma estratégia modernizadora e potencializadora de medidas indutivas, mas como reafirmação dos valores fundamentais de justiça, transparência e moralidade, estabelecendo um sistema judiciário mais robusto, confiável e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública Neoconstitucional – Cadeia de Custódia – Câmeras Corporais – Nova Gestão Pública – Transparência e Moralidade.

ABSTRACT: This study addresses the evolution of public administration in light of the neoconstitutional model, with an emphasis on the New Public Management guided by the principles of transparency, efficiency, and morality. The research explores the incorporation of technological advancements, particularly body cameras, as essential tools to enhance transparency and accountability in public security practices. The relevance of the chain of custody, corroborated by recent decisions of the STJ and STF, is highlighted as a central pillar for the integrity of the legal process. The analysis concludes that harmonizing traditional judicial practices with technological innovations and the precepts of New Public Management is imperative, not only as a modernizing strategy and enhancer of inductive measures but as a reaffirmation of the fundamental values of justice, transparency, and morality, establishing a more robust, reliable, and effective judicial system.

KEYWORDS: Neoconstitutional Public Administration – Chain of Custody – Body Cameras – New Public Management – Transparency and Morality.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A Relevância das Câmeras Corporais na Segurança Pública. 3. Preservação da Cadeia de Custódia. 4. Implicações para o Sistema Judiciário. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

A gestão pública no Brasil passou por uma evolução significativa ao longo dos anos, empenhando-se em incorporar valores fundamentais baseados na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB/1988), transparência, eficiência e moralidade (art. 37, caput, CRFB/1988). Essa transformação reflete o compromisso com os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), influenciada pelas correntes do neoconstitucionalismo contemporâneo.